

Cobrir uma Guerra num País Perdido no Tempo

Alexandra Prado Coelho

Depois de 11 de Setembro, milhares de reporteres invadiram de repente o Afeganistão, um país esquecido pelo mundo, mergulhado na Idade Média, sem estradas nem electricidade. Para cobrir uma guerra que, durante as primeiras semanas, não existia - pelo menos como as opiniões públicas ocidentais a imaginavam.

Talvez o maior símbolo do lado absurdo da cobertura das primeiras semanas de uma guerra como a do Afeganistão seja o pequeno escritório da Tajikistan Airlines, a companhia aérea da antiga república soviética do Tajiquistão, no aeroporto de Munique. Praticamente desde o 11 de Setembro, uma vez por semana, nos dias do voo Munique-Duchambe (a capital tajique), uma imensa fila formava-se logo de manhã à porta do escritório. No interior, um único funcionário, que tinha sonhado com uma existência pacata, conhecia momentos de verdadeiro desespero, por entre faxes que iam caindo no chão e rostos ansiosos que se empurravam à porta na esperança de conseguirem um bilhete.

Durante muito tempo ninguém quis saber o que se passa no Tajiquistão — ou sequer onde fica o Tajiquistão. Mas desde os atentados terroristas do 11 de Setembro contra os Estados Unidos, o país ganhou uma nova relevância: era a única via de acesso ao território do Afeganistão. O território tajique é desde há muito a base de retaguarda da Aliança do Norte, que desde 1996 foi a oposição armada ao regime dos taliban, no poder em Cabul. E os jornalistas de todo o mundo, procurando uma porta de entrada para a guerra, sabiam que a única possível era precisamente esta, através do Tajiquistão. Por isso tentavam, num difícil equilíbrio entre sorrisos e ameaças, convencer o pobre funcionário da Tajikistan Airlines da urgência de chegarem a Duchambe.

Não que alguém estivesse agora verdadeiramente interessado no que se passa no Tajiquistão. É verdade que o país teve uma terrível guerra civil no início dos anos 90, depois de conquistar a sua independência da União Soviética, que opôs comunistas a islamistas. É verdade que a Rússia continua a considerá-lo a sua "última fronteira" antes do caos (que neste caso é o Afeganistão) e por isso mantém aí vários milhares de soldados. E é verdade que o Tajiquistão continua a ser a mais pobre das antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central, com zonas gravemente afectadas pela miséria e pela fome, uma situação política ainda instável apesar do acordo de paz que pôs termo à guerra civil, e um preocupante número de armas nas mãos de civis.

Mas, para os jornalistas semanalmente despejados do avião da Tajikistan Airlines (entre os quais eu própria, enviada pelo jornal PÚBLICO) nada disto são "histórias". Neste momento o mundo não quer saber da tragédia do Tajiquistão, tal como há relativamente pouco tempo não queria saber da tragédia ainda maior que se vivia no Afeganistão dos taliban. Por muito interessantes que possam ser as histórias dos tajiques ou o quotidiano nesta república muçulmana a tentar encontrar a sua identidade entre o passado soviético e as raízes islâmicas, por muito relevante que tudo isto possa um dia vir a ser para o mundo, não são estas as histórias que as redacções dos jornais, rádios e televisões pedem, e (pelo menos estamos todos convencidos disso) não são estas as histórias que os leitores, ouvintes e telespectadores de todo o mundo estão interessados em ouvir.

Por isso só nos resta pedir desculpa aos tradutores tajiques que esperavam ganhar também algum dinheiro com todo este frenesim, e explicar-lhes que ainda não chegou a vez deles — por enquanto os seus "colegas" afegãos estão a ganhar 100

dólares por dia, enquanto eles "só" conseguem 50. Na "bolsa" da guerra, ser afegão e falar quatro palavras de inglês vale muito mais do que ser tajique e falar um inglês perfeito.

Em Duchambe, basta seguir os outros jornalistas. Todos fazem exactamente o mesmo percurso: conseguir um quarto no hotel (o Tajiquistan é o preferido), conseguir uma acreditação do Governo tajique, arranjar um carro com um condutor e colocar o nome numa lista para a caravana que seguirá em breve para o Afeganistão. Numa parede do hall do Hotel Tajiquistan, uma ONG colou um papel: "Estás à procura de histórias? Pois aqui tens uma: um milhão de pessoas pode morrer de fome no Tajiquistão no próximo Inverno". Mas são poucos os que ficam para contar essa história (mais uma vez, eu não fiquei).

É preciso tentar chegar ao Afeganistão o mais depressa possível. Depois de uma viagem alucinante somos mais uma vez despejados, agora em Khodja Bahaiddin, uma pequena localidade poeirenta onde a Aliança do Norte tem o seu quartel-general. É aí que os jornalistas vão começar a perceber os verdadeiros limites do trabalho que podem fazer no Norte do Afeganistão. Encontramos-nos, a meio da noite, num sítio que não sabemos exactamente o que é. A cidade não tem hotéis e a hipótese de alugar casas particulares tem o problema de estas não terem electricidade, o que impede todo e qualquer trabalho, já que todos os jornalistas têm que carregar as baterias dos telefones de satélite, dos computadores ou de material muito mais complicado, no caso das televisões, por exemplo.

Resta-nos aceitar a hospitalidade da Aliança do Norte, que oferece o seu terreno para os jornalistas dormirem — os que têm mais sorte debaixo de um tecto, os outros numa tenda ou ao relento. Na manhã seguinte, todos querem começar a trabalhar. Mas há um ritual a cumprir: é preciso arranjar um guia/tradutor e um jipe com condutor. Ambos são arrançados pela Aliança do Norte. E se, por um lado, isto nos facilita a vida, por outro significa que o nosso trabalho está de certa forma a ser limitado. O homem que nos vai levar aos sítios que nós pedirmos e que nos vai traduzir as respostas das pessoas com quem falarmos mantém uma relação, cuja natureza não conhecemos exactamente, com a Aliança do Norte.

Além disso, precisamos de obter — dos responsáveis da Aliança — autorizações para visitarmos determinados sítios, como a linha da frente dos combates, a prisão ou uma escola. Um papel escrito à mão pelos nossos anfitriões abre-nos todas as portas. O facto de não dominarmos a língua tira-nos por completo a margem de manobra. Aceitamos como boas as pessoas que nos apresentam para nós entrevistarmos (se calhar existiam outras, com coisas diferentes para dizer, mas isso nunca o saberemos), e aceitamos (quase sempre) como correcta a tradução que é feita pelo nosso guia.

O problema da língua é particularmente grave no Afeganistão porque, enquanto por exemplo na Rússia ou na China, é muitas vezes possível encontrar colegas jornalistas que percebem as línguas e que podem ajudar-nos, aqui não há um único jornalista que entenda as línguas locais: o tajique, nas zonas do Nordeste, controladas pela Aliança, o uzbeque, ou o pashtun, falado pelos taliban e nas zonas do Sul do país.

Outro problema muito particular deste país tem a ver com a situação das mulheres. As jornalistas podem, se o desejarem, entrevistar mulheres afegãs, mas os homens só em casos especiais conseguem fazê-lo — geralmente se se tratar de mulheres cultas, vindas das cidades, que não receiem comprometer a sua reputação por serem vistas a falar com um homem. Mas, mesmo no caso das jornalistas mulheres, há problemas, dado que os nossos tradutores homens não podem falar

directamente com mulheres afegãs. Isto significa que só podemos usar linguagem gestual para comunicar ou que só podemos entrevistar mulheres que falem alguma língua estrangeira.

E, se num país ocidental, não aceitaríamos, em princípio, fazer reportagens se estivessemos a receber cama e comida do ministro dos Negócios Estrangeiros ou do gabinete do primeiro-ministro, por considerarmos que isso comprometeria a independência do nosso trabalho, aqui existem poucas alternativas. Embora (pelo menos no meu caso) a Aliança do Norte não tivesse fechado portas, sabemos que ao fim do dia o que fizemos e o que perguntámos já é do conhecimento dos nossos anfitriões.

Depois há outro problema. É que a grande maioria dos jornalistas tinha sido enviada para o Norte do Afeganistão para cobrir uma guerra. E, pelo menos até à captura de Mazar-i-Sharif, a 9 de Novembro, não havia uma verdadeira guerra para cobrir. Instalou-se então um equívoco: por um lado, das redacções de todo o mundo pediam-se histórias e imagens de combates; por outro lado, a Aliança do Norte queria mostrar ao mundo que estava a combater os taliban, que tinha um exército capaz e que em breve conquistaria Cabul.

Se os jornalistas das rádios ou da imprensa escrita ainda conseguiram contornar o problema contando histórias do quotidiano, descrevendo a situação dramática nos campos de refugiados, ou a vida das mulheres afegãs, as televisões estavam sob uma pressão enorme para mostrar acção militar — até porque as principais cadeias mundiais o faziam, e se o faziam era porque essa acção militar existia.

A verdade é que (e, repito, até ao início de Novembro, altura em que os aviões americanos começaram a bombardear violentamente os taliban na linha da frente) a acção militar praticamente não existia. As televisões enfrentaram um verdadeiro dilema: como cobrir uma guerra da qual não há imagens? Ou, pior ainda, como cobrir uma guerra da qual as únicas imagens possíveis são as transmitidas pela cadeia de televisão do Qatar, Al-Jazira, a única autorizada a permanecer dentro do Afeganistão dos taliban? Foi aí que começaram a aparecer os títulos cruéis que perguntavam "Quem precisa da CNN?".

As imagens de manifestações de radicais no Paquistão (essas, sim, acessíveis a todas as televisões e meios de comunicação social ocidentais) começavam a cansar as opiniões públicas. Era preciso mostrar o que se passava no Norte do Afeganistão. No primeiro dia dos bombardeamentos americanos, os jornalistas que já se encontravam no terreno fizeram o seu melhor, mas o facto é que estavam a grande distância dos locais onde estavam a cair as bombas e tinham, provavelmente, muito menos informação sobre o que se estava a passar do que qualquer jornalista na redacção, com acesso às agências noticiosas e outras fontes de informação.

Em Khodja Bahauddin, os responsáveis da Aliança do Norte também pouco sabiam, e o que os repórteres podiam relatar nos directos para os telejornais eram apenas as manifestações de júbilo de alguns dos habitantes da cidade (poucos, dado que já era noite avançada). De resto, estavam embrulhados nos seus casacos, numa pequena vila perdida nos confins do Afeganistão, onde se vive ainda como na Idade Média, onde não há jornais, nem televisão, nem água corrente, nem electricidade — e a muitas centenas de quilómetros de Kandahar ou Cabul, onde estavam a cair as bombas americanas.

Nas semanas seguintes especulou-se muito sobre a eventualidade da Aliança do Norte se lançar numa ofensiva, conquistando primeiro cidades mais próximas da linha da frente como Taloqan ou Mazar-i-Sharif, e depois Cabul. Aos ecrãs das

televisões voltaram as imagens dos soldados da oposição aos taliban a dispararem as suas velhas armas contra o inimigo do outro lado. Mas rapidamente se percebeu que não existiam verdadeiros combates, e que as posições na linha da frente mantinham-se iguais ao que estavam desde há muitos meses. A verdade é que havia um impasse.

Mas era preciso alimentar as audiências com imagens da guerra, e a Aliança do Norte tinha que continuar a alimentar os jornalistas com histórias porque sabia que, depois de longos e frustrantes anos, este era o seu momento de glória, e não podia deixá-lo escapar. Por isso — e foi algo que todos os media acabaram por admitir — os soldados na linha da frente disparavam as suas poucas munições para dar boas imagens nas televisões, bons sons na rádio e bons relatos nas páginas dos jornais. Com a conquista de Mazar-i-Sharif, e a queda em "efeito dominó" das outras cidades afegãs, sobretudo Cabul, a situação mudou radicalmente. Os jornalistas — o enviado do PÚBLICO nessa altura era o repórter Paulo Moura — já não tinham que se preocupar em arranjar imagens ou notícias. As histórias não faltavam — a principal dificuldade agora era chegar até elas. O Afeganistão é um país quase sem estradas, onde qualquer viagem demora dias, e ninguém podia prever que Cabul iria cair tão rapidamente. Os jornalistas que se tinham mantido no Vale de Panshir, a poucos quilómetros da capital, conseguiram entrar na cidade com as primeiras tropas da Aliança do Norte (ou mesmo antes delas, como anunciou, eufórico, John Simpson, o jornalista-estrela da BBC), mas os que ainda estavam no Norte demoraram alguns dias a chegar.

Mas o principal problema que se colocou a partir do início dos verdadeiros combates foi o da segurança. No dia em que a Aliança do Norte conquistou a cidade de Taloqan, três jornalistas — dois franceses e um alemão — morreram ao serem apanhados num tiroteio. A Federação Internacional de Jornalistas (FIJ) lançou um apelo para que as organizações de media retirassem os seus profissionais das zonas de combates avisando que era perigoso seguir uma força militar que não podia garantir a segurança dos que a acompanhavam.

Efectivamente, a Aliança do Norte não tomou precauções particulares relativamente aos jornalistas que levou consigo para a linha da frente. Estes foram, em muitos casos, transportados nos blindados dos mujahedine, para zonas onde ninguém sabia se havia ainda resistentes taliban ou não. Os três repórteres que morreram foram vítimas de uma emboscada, em que alguns taliban que tinham ficado para trás depois da retirada do grosso do exército dos "estudantes de teologia" dispararam contra o que consideravam ser o inimigo, não distinguindo soldados de jornalistas.

"Quando uma história está a evoluir rapidamente, os jornalistas têm que a seguir, mas têm que o fazer a uma distância segura. É evidente que não podem confiar nas garantias dadas pelos comandantes no terreno", afirmou Aidan White, secretário-geral da FIJ.

Mas, no momento de avaliar se a situação oferece ou não garantias de segurança, e sob a pressão de querer contar uma história na altura em que ela está a acontecer, o jornalista tem que tomar sozinho essa decisão. E, se as coisas correrem mal, será ele o único responsável pelo risco que decidiu correr.